

DISCURSO E IMAGEM: MEMÓRIA DA CIDADE

Ana Cleide Chiarotti CESÁRIO (UEL)
Ana Maria Chiarotti de ALMEIDA (UEL)

Este trabalho se ocupa das práticas discursivas sobre a memória coletiva da cidade, tendo como questão, nesse tipo particular de leitura, a contradição existente entre tradição e moderno, mas, sobretudo, a constituição de um campo que, por meio de duas linguagens – a imagética e a verbal – expressa luta por capital cultural e poder simbólico.

Diz respeito a uma pesquisa que dirige um olhar compreensivo sobre a produção de signos que geralmente acompanha a construção material da cidade por entender que o patrimônio urbano se faz presente no cotidiano dos cidadãos que nela vivem, agindo não apenas como formadores de identidades, mas também expressando desigualdades, diferenças e contradições. Mais que isso, busca compreender como os moradores da cidade se relacionam com os referenciais do passado – monumentos e bens patrimoniais –, bem como com o seu entorno – praças, ruas, edificações.

Em grande parte das discussões sobre o patrimônio e a memória prevalece a idéia de que, de preferência, as “cidades históricas” – aquelas que concentram linguagens de valor arquitetônico, paisagístico e urbano excepcionais – têm justificadas as análises sobre o seu patrimônio cultural e, por vias de consequência, tornando-se referência para a identidade e memória nacionais.

A investigação que desenvolvemos, não deixa de considerar esta concepção, até porque é a *doxa*¹ hegemônica – orientadora das políticas públicas de preservação e de projetos elaborados por técnicos que atuam na área do patrimônio cultural –, mas se define de outro modo, alargando o conceito de patrimônio cultural. Volta-se para o patrimônio urbano de Londrina/PR, uma cidade de pouco mais de setenta anos de existência, onde a arquitetura de madeira predominou na sua fase de fundação e que nos anos cinquenta e sessenta do século passado viveu um período de modernismo com a arquitetura de Villanova Artigas e as concepções de urbanismo de Prestes Maia e Burle Max.

Em seu quadrilátero central – área projetada pela Companhia de Terras Norte do Paraná/CTNP – espaço onde concentramos a investigação, Londrina apresenta um ambiente urbano onde “reminiscências materiais” do passado convivem com construções e intervenções mais recentes, ambiente, hoje, mostrando sinais de decadência em decorrência do intenso uso por parte da população local e regional e da ineficácia da administração pública local em mantê-lo e revitalizá-lo. Situam-se nessa área o Bosque Marechal Cândido Rondon, espaço público destinado, pela CTNP, ao lazer da população; duas edificações de autoria de Villanova Artigas (Cine Teatro Ouro Verde e Museu de Arte de Londrina/ MAL – antiga rodoviária) bens tombados pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Recentemente, o poder público municipal construiu na Praça Primeiro de Maio o *Memorial do Pioneiro*, atualmente muito comentado pela mídia e discutido pelos historiadores.

Mais precisamente, a pesquisa se ocupa de um projeto da Secretaria de Cultura do Município, intitulado *Aqui tem História* que identifica espaços urbanos, como referenciais de memória, localizados no denominado *xadrez inicial* projetado pela empresa colonizadora da região, a CTNP.

O trabalho tem como núcleo de investigação o patrimônio material, mas como se volta também para a pesquisa documental – textos gravados nas placas que identificam os lugares de memória e o discurso dos entrevistados –, necessariamente abordará também o patrimônio imaterial aqui entendido como representações sobre redes de sociabilidades, acontecimentos, conflitos, contradições, enfim discursos que compõem a memória coletiva de Londrina e região.

Mais do que a descrição desses referenciais, o projeto pretende, de um lado, revelar os signos neles existentes e, de outro, desvendar a relação que os habitantes da cidade estabelecem com os marcos e o seu entorno, interpretando, inclusive, as representações e os sentidos atribuídos a eles no presente e no passado.

Considera-se, portanto, que estudos e pesquisas sobre patrimônio e memória devem levar em conta os significados produzidos cotidianamente pelo homem comum em relação com os seus espaços e experiências passadas e presentes.

A apropriação de bens culturais através das práticas cotidianas dos grupos configura o que HALBWACHS denominou de “memória coletiva”, lembranças individuais relacionadas a grupos. Por meio da experiência cotidiana vivenciada em espaços comuns aos grupos, o passado emerge através da narrativa dos atores sociais que compartilham de lembranças comuns.

[...] para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastantes pontos de contato entre uma e outras para a lembrança que nos recordam possa ser construída sobre um fundamento comum. (HALBWACHS, 1990, p.34).

Dessa forma, “[...] devemos tentar definir o patrimônio em função do significado que possui para a população, reconhecendo que o elemento básico na percepção do significado de um bem cultural reside no uso que dele é feito pela sociedade”. (DURHAM, 1984, p.30).

A noção de Patrimônio Cultural insere-se, portanto, naquilo que é partilhado por experiências comuns, ou seja, edificações, monumentos, paisagens naturais, sítios rurais e urbanos, praças, ruas, trajetos, entre outros.

Para nenhum grupo humano o espaço vital é um conjunto de objetos físicos, vazios de significados. Toda cultura, antiga ou moderna, de nações políticas e socialmente complexas ou de pequenos grupos de caçadores e coletores nômades, transforma o ‘espaço físico’ em ‘lugar’, ‘território’ ou ‘lar’. Essa regra não se amplia apenas aos espaços privados, ao interior de casas ou aos locais de culto. Ruas, caminhos, praças, campos, montanhas, rios, praia e mar são apropriados pelos grupos humanos de acordo com concepções que são próprias de seus modos de vida. (ARANTES, 1984, p.9).

Nesse sentido, pode-se afirmar que tanto os espaços quanto os monumentos, por meio das significações atribuídas pelos atores sociais, promovem um constante diálogo entre presente e passado, constituindo o que ARANTES denomina de “laços de continuidade entre passado e presente”, sendo possível apreender a dinâmica dessa relação. Pois, é a partir do presente que nos remetemos a algo que aconteceu no passado, estabelecendo um diálogo constante entre nossas lembranças e os

acontecimentos atuais, lugar no qual se constitui a memória coletiva e promovendo a emergência de uma “outra história”, muitas vezes silenciada pelo registro da História.

Assim, contrariando as abordagens que enfatizam a memória enquanto um processo de coesão e continuidade, essa outra ótica de entendimento do processo histórico, possibilita uma melhor compreensão da complexidade do presente e permite revelar como a memória pode relacionar-se a um campo de luta, de diferentes grupos, por capital cultural e poder simbólico.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também instrumento e um objeto de poder. (LE GOFF, 2003, p.469-70).

O *corpus* de análise da primeira fase da pesquisa é constituído pelo conjunto de 14 placas indicativas do *Aqui tem História*, bem como dos projetos elaborados e executados pela Secretaria de Cultura do Município/ Gestão Prefeito Luiz Eduardo Cheida – 1993/96.

Numa segunda fase, serão analisadas entrevistas feitas com usuários desses espaços e transeuntes que passam pelos marcos, em seus trajetos pela cidade.

A pesquisa, ora em andamento, tem um caráter interdisciplinar envolvendo pesquisadores de Sociologia, Ciência Política e História, promovendo um encontro dessas disciplinas, todavia não “como encontro de ‘olhares complementares’”, mas como ‘entremeio de áreas do conhecimento’ que reivindicam seus lugares, convocando teorias e métodos próprios diante de questões relativas ao patrimônio (e à memória)”. (ALMEIDA, A.M.C. et. al., 2002, p.40).

A teoria de Pierre Bourdieu tem sido uma referência para a compreensão do patrimônio como campo onde ocorrem trocas simbólicas e a disputa por um poder que se qualifica não apenas por ser político, mas, sobretudo, por ser cultural. Nesse espaço,

[...] os agentes se movem, a partir de posições que se encontram *a priori* fixadas, desenvolvendo práticas que são produtos de uma relação dialética entre uma situação e um *habitus*, isto é, um sistema de disposições duráveis, uma matriz de percepção, apreciação e de ação, que se realiza em determinadas condições sociais. O *habitus* cria a possibilidade de entendermos a produção do passado por meio de disposições duráveis que, ao serem interiorizadas pelos indivíduos, estruturam identidades e, quando exteriorizadas, assumem função estruturante da memória de uma sociedade. (CESÁRIO, 2006).

Se a noção de *habitus* permite olhar a cidade pela ótica dos aspectos estruturantes da identidade, presentes no patrimônio e na memória, pode também acentuar o processo de reprodução social, relegando a um segundo plano as mudanças e as transformações.

É por essa razão que a análise dos vários discursos sobre a cidade assume papel importante, podendo liberar outros signos sobre o patrimônio, diferentes dos já cristalizados pela memória institucional, dando a ver, na interdiscursividade, os conflitos, as contradições e as mudanças.

Por se tratar de um trabalho que busca interpretar linguagens sobre a cidade, não apenas as imagens das placas são investigadas, mas também os vários textos – inscrições nelas contidas, entrevistas, documentos oficiais – o que requer metodologia específica.

Para tanto, utilizamos a Análise de Discurso de linha francesa que vê o texto como monumento, isto é, uma discursividade que dá acesso ao discurso que, por sua vez, é dotado de historicidade e afetado pela ideologia. Portanto, somente através de um olhar interpretativo, considerando-o como monumento e não apenas como documento ou prova, torna-se possível a sua compreensão, pois o discurso é produção de sentidos e de efeitos ideológicos.

Assim, esta pesquisa, tendo como referência a Análise de Discurso de linha francesa (AD), influenciada por Michel Pêcheux, toma os textos sobre o patrimônio e a memória como unidade que permite o acesso ao discurso.

[...] ela (a AD) não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento, a partir do próprio texto porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade. (ORLANDI, 1999, p.18).

Não é a busca de uma “verdade” no discurso sobre a memória da cidade, que conduz nossos olhares para os monumentos, mas o que os move são os “gestos de interpretação que o constituem e que o analista com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender”. (id. Ibid. p.26). Quando interpretamos, já estamos presos a um sentido e a compreensão nos permite perscrutar outros sentidos e como os mesmos se constituem.

Assim, o que interessa são as inscrições dos monumentos como unidade complexa de significações, consideradas as suas condições de produção, já que sujeito, linguagem e sentidos não são transparentes, “[...] têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente”. (ORLANDI, 1999, p.48).

Entendemos, portanto, que o conjunto de textos – incluindo inscrições, entrevistas, documentos oficiais... –, sobre a memória da cidade, é texto e enquanto texto pode ser visto como objeto simbólico, expressão de prática política e de relações de poder. Assim, será possível compreender como estes textos constituem sujeitos e como tais sujeitos se inscrevem nas formações discursivas.

O objeto da AD é o texto aqui entendido, consideradas as suas condições de produção, como unidade complexa de significação. Enquanto o texto é o objeto de análise para a AD, o discurso se constitui em seu objeto teórico.

O discurso é um processo, pois não se fecha. Não deve ser entendido como a soma de textos, mas como prática (simbólica) no conjunto das práticas sociais e na sua historicidade. É uma dispersão de textos e somente pela inscrição histórica torna-se possível defini-lo como espaço de regularidades enunciativas

[...] na dispersão de textos que constituem um discurso, a relação com as formações discursivas é fundamental, por isso, no procedimento de análise, devemos procurar remeter os textos ao discurso e esclarecer as relações deste com as formações discursivas pensando, por sua vez, as relações destas com a ideologia. (ORLANDI, 1999, p.71).

A AD considera o discurso como prática numa formação social. "Isso não quer dizer, no entanto, que, nesta acepção, o discurso será confundido com a ideologia que o governa, ou ainda com a sua função". (ROBIN, 1977, p.107). O discurso, embora “governado” pela ideologia não é a ela redutível. As formações discursivas, na AD, são compreendidas como componentes das formações ideológicas.

Para a AD, o discurso explicita suas regularidades quando referido a outras formações discursivas – o interdiscurso – e ganha sentido devido ao jogo definido pela formação ideológica dominante.

A AD, influenciada por Althusser, toma como referência a “natureza imaginária” da ideologia, considerando-a mais do que reflexo de uma realidade. Não como falseamento ou inversão da realidade, mas como “[...] uma ‘representação’ imaginária dos indivíduos em suas condições reais de existência”. (ALTHUSSER, 1983, p.85)

O autor não se refere a uma única ideologia, mas a ideologias, pois entende que as ideologias particulares têm uma “história sua” e uma materialidade possível de ser apreendida através de "práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção". (ALBUQUERQUE, 1983, p.8). São os mecanismos ideológicos que articulam as ideologias particulares à ideologia em geral presentes na história de todas as sociedades e na formação social capitalista. As relações de produção pressupõem um lugar na produção para cada indivíduo, lugar naturalizado através de mecanismos ideológicos. Dentre estes, o mecanismo da sujeição é o que leva o indivíduo a reconhecer o seu lugar.

A análise dos efeitos de sentidos produzidos pelas imagens, inscrições e textos revela as suas próprias práticas ideológicas, relacionadas a outras práticas (econômicas, políticas, religiosas, jurídicas,...). A interpretação leva em conta a exterioridade, o campo da ideologia e da historicidade, lugar em que os indivíduos têm as suas posições, constituindo-se sujeitos (cafeicultores, empresários, grupos étnicos, políticos, clérigos, governantes,...) uma relação especular de dupla sujeição ao SUJEITO absoluto, o capital.

[...] é um mecanismo com duplo efeito: o agente se reconhece como sujeito e se sujeita a um sujeito absoluto. Em cada ideologia o lugar do sujeito é ocupado por entidades abstratas, Deus, a Humanidade, O Capital, a Nação, etc., as quais, embora específicas em cada uma, são perfeitamente equivalentes nos mecanismos de ideologia em geral. (ALBUQUERQUE, 1983, p.8).

Althusser se refere a ideologias e não a uma única ideologia, numa estrutura/funcionamento em que as ideologias particulares são afetadas pela ideologia dominante e pela luta de classes, pois para ele as ideologias nascem das forças sociais em luta, constituindo-se indícios de um problema real. (ALTHUSSER, 1983, p.107).

A análise permitirá compreender as posições do poder público local e dos grupos que construíram/financiaram o projeto *Aqui tem História*, não apenas como atores/sujeitos da memória, mas como produtores de imagens, falas e textos inscritos numa formação discursiva sobre a ocupação e colonização de Londrina e região, da qual participavam, também, o Governo, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), a Igreja e outros segmentos sociais.

Recobrando essas formações discursivas, percebe-se um discurso fortemente marcado por uma formação ideológica burguesa do tipo liberal capitalista através da qual os diferentes atores buscavam, por meio da descrição e monumentalização de seus feitos, afirmar identidades individuais e coletivas, com o objetivo de perenidade.

Entretanto, não é somente sobre essas formações discursivas que nossos olhares se debruçam, pois o discurso de moradores atuais de Londrina vem sendo também analisado para compreender se esses suportes de memória constituem realmente referenciais para as novas gerações.

Interessante observar que o Projeto *Aqui tem História* estabelecia como principal objetivo instituir “[...] um referencial físico e histórico [...] enfocando aspectos antigos da cidade, locais que não existem mais ou foram totalmente modificados; junto com pequenos textos alusivos à história do local”.

Os primeiros levantamentos e observações efetuadas indicam que as placas, fazem alusão aos principais espaços físicos do início do núcleo urbano, e aos primeiros locais de prestação de serviços da cidade, acentuando sempre o mito fundador da colonização e do pioneirismo (os escritórios da CTNP, a segunda rodoviária, a Associação Comercial de Londrina, a primeira empresa de ônibus da Viação Garcia, a mansão de seu proprietário, a quadra de tênis dos ingleses, a Igreja Matriz, o Bosque Marechal Cândido Rondon, a primeira escola pública, o primeiro ginásio estadual, o Colégio Mãe de Deus, o hospital Santa Casa, a primeira central telefônica, a primeira Prefeitura Municipal).

A imagem assume papel importante no *Aqui tem História*, pois o projeto, por meio de escansões do espaço urbano, propicia uma leitura temporal da área central da cidade, isto é, *o hoje* – espaço físico urbano possível de ser conhecido e freqüentado – e *o ontem* – representado pela fotografia monumentalizada na placa de bronze. Em algumas situações, a escansão evidencia um mesmo uso na atualidade e no passado, indicando apenas algumas modificações físico-ambientais (Bosque Marechal Cândido Rondon); em outras, uso e apropriações diferentes (Cine Teatro Ouro Verde hoje, Escritório da CTNP, ontem) havendo casos em que há a omissão de modificações importantes pelas quais passou aquele espaço (a placa fixada na fachada da Catedral tem gravada a primeira Igreja de madeira e omite a segunda, em estilo neogótico, demolida nos anos 1970). Assim, a interpretação das imagens só se torna possível se associada à análise das inscrições (linguagem verbal) que as descrevem e, também a interpretam. Trata-se de um objeto de análise que permite interpretar os múltiplos significados que permeiam as relações entre público e privado, tanto no que se refere às mudanças de apropriação e uso, ao longo do tempo, quanto no que diz respeito ao significado que se confere a um domínio privado quando é oficialmente declarado um bem público. Permite ainda, perceber que a cidade, compreendida como lócus da inovação e de organização das relações entre o rural e o urbano, cria espaços de sociabilidade nos quais se inscrevem contradições econômicas e políticas passíveis de serem reveladas ou ocultadas pela memória institucional.

O que logo chama a atenção do leitor das placas do *Aqui tem História* é a ausência de registro de datas, um aparente *equivoco*, cuja explicação se encontra no *folder* distribuído pela Secretaria Municipal de Cultura, que serve como roteiro, para os interessados em realizar um trajeto por esses lugares de memória. Nele, o poder público esclarece que por meio de uma imagem de 360 graus do centro da cidade – montada a partir de cenas tomadas do ponto onde hoje se situa a Catedral, pelo fotógrafo José Julian, nos anos de 1930 –, definiu os locais significativos para a história de Londrina.

Mesmo supondo se valer de um critério objetivo, ao demarcar lugares de memória e elaborar uma linguagem sobre eles – monumentalizando a imagem e o texto verbal –, o Projeto *Aqui tem História* acaba por reafirmar o mito fundador da colonização da região realizada pela CTNP, reproduzindo um discurso que confere notabilidade à própria companhia e aos grupos hegemônicos do processo. Mais do que isso, ao reproduzir o discurso apologético e celebrativo da colonização reafirma o sentido épico e heróico do pioneiro, instaurando um processo de “silenciamento”² de grupos e populações que também tiveram importância na ocupação da cidade e região, a exemplo dos trabalhadores urbanos e rurais, os pequenos produtores de café e que, normalmente, são pouco lembrados pelo poder público em suas ações de registro da memória e de preservação do Patrimônio Cultural.

O que significa pensar tal como ALMEIDA (1997, p.83), quando discute Bourdieu, “[...] que o espaço social deve ser encarado como um campo de forças ou um conjunto de relações de poder, onde se trava a luta concorrencial entre os atores e grupos em torno de interesses específicos”.

Ainda, segundo a autora,

Sendo assim, a sociedade, para Bourdieu, seria um campo de batalha, onde diferentes grupos lutam por prestígio e posições diferenciais [...]. Não se pode definir um grupo ou classe apenas por suas relações objetivas com outros grupos ou classes, mas, também, por suas relações simbólicas que resultam na expressão de Bourdieu, em ‘*marcas de distinção*’. Do mesmo modo que existe um jogo de mercado pelo domínio de bens econômicos, existe um jogo de trocas simbólicas que exprime a posição social dos grupos e classes – a lógica da distinção. (ALMEIDA, 1997, p.84).

Na realidade, o Projeto *Aqui tem História* ao utilizar o advérbio de lugar *aqui* acompanhado do *tem* - verbo *ter* em substituição ao verbo *haver, existir* – produz efeito de sentido que não dá espaço para outras interpretações ou significados. Parece que não há possibilidade de existir história em outros lugares e espaços, afirma-se que “*aqui tem história e ponto final*”. Portanto, são estes os referenciais da memória da cidade, a versão final de quem fala *do e pelo* poder público. Mais ainda, através da demarcação desses *lugares de memória* homogeneiza-se a memória local e regional, conferindo distinção a determinados espaços, monumentos e afirmando a hegemonia de grupos já notabilizados pela História.

Nesse sentido, utilizando os argumentos de LE GOFF, pode-se afirmar que nesse projeto do Poder Público Municipal,

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1997, p.83).

Portanto, provocar os moradores da cidade de Londrina para que façam uma leitura sobre seu patrimônio urbano, inclusive sobre as placas *Aqui tem História* apontando, também, outros referenciais de memória que ainda não mereceram destaque, talvez resulte em liberação de outros sentidos sobre a memória coletiva, dando voz a

grupos que, via de regra, não participam do processo de notabilização de lugares, personagens e feitos.

Mais especificamente, interpretar o *Aqui tem História* significa entender os signos do passado por meio das inscrições gravadas nas placas, revelando um jogo de disputa por poder simbólico do qual participa, inclusive os seus autores e os sentidos por eles atribuídos aos atores que iniciaram o processo de construção da memória coletiva, em Londrina.

As placas, parte do patrimônio urbano, são suportes de memória coletiva que produzem sentidos, demarcam lugares identitários, mas também silenciam outros. Por isso, a análise deve ir além da interpretação do que está dito nas placas, pois muitas vezes se diz algo em lugar de outro, caracterizando-se o não-dito.

[...] ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada [...] o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras. (ORLANDI, 1997, p.75-76).

Dessa forma, o que interessa é compreender as condições de produção do conjunto de textos do projeto *Aqui tem História*, considerando a existência de uma historicidade, revelando sentidos nem sempre aparentes. (ORLANDI, 1999). Mais ainda, como determinados sujeitos (grupos que financiaram as placas, o poder público local, entre outros) ao transformarem as placas em monumento assumem determinadas posições ideológicas e se tornam atores e sujeitos da memória coletiva de Londrina e região, tendo como referência a formação discursiva sobre a ocupação e colonização de Londrina e Norte do Paraná.

Porém, é importante ressaltar que, ao demarcarem lugares de memória, o conjunto de placas constitui referência às interpretações dos habitantes da cidade sobre o passado. Nesse sentido é fundamental compreender, os efeitos de sentidos produzidos pelas inscrições das placas nos diferentes grupos e gerações atuais.

A afirmação de LE GOFF, a seguir, expressa as orientações das análises em relação ao Projeto *Aqui tem História*:

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 2003, p.471).

Concluída a análise espera-se ser possível entender os monumentos da cidade por meio de uma intertextualidade discursiva marcada pela confluência de uma memória regional com a memória nacional, revelando a dimensão de personagens e feitos, sem esquecer que, na medida em que esse patrimônio pretende lhes conferir perenidade, trabalha o acontecimento, dando-lhe, também, configuração.

O que se espera também é compreender como o cidadão, hoje, convive com esses referenciais e lugares de memória, quais os sentidos que a eles atribui e, portanto, como suas condições presentes determinam suas relações com o passado. De certa forma, instalar nesse espaço central da cidade – onde os signos da memória estão presentes –, lugares de circulação de fala para que a heterogeneidade e a pluralidade possam se manifestar livremente.

O que se espera, ainda, é que possamos cumprir os desafios do “entremeio”, pois o que nos orienta é a não separação entre a linguagem e a sua exterioridade, entre linguagem e sociedade na história.

Ao final, esperamos ter realmente conseguido trabalhar com os *processos* da história e da memória, da linguagem e da ideologia, não nos restringindo, apenas, aos seus *conteúdos*.

Por último, temos a dizer que não pretendemos produzir “a mais completa” análise sobre a memória e o patrimônio, tampouco aspiramos à produção de uma interpretação “exemplar” das linguagens da cidade, pois

[...] concluída a análise, o que podemos avaliar é a capacidade analítica do pesquisador, pela habilidade com que ele pratica a teoria, face a sua responsabilidade teórica, portanto, e sua capacidade de escrita – explicitação da análise – para interpretar os resultados de seu processo de compreensão do discurso que analisou. Uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição. [...] Os textos, para nós, não são documentos que ilustram idéias pré-concebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem múltiplas possibilidades de leituras. (ORLANDI, 1999, p.64).

Referências

- ALBUQUERQUE, J. A. G. **Althusser, A ideologia e as instituições.** In: ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado:** nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ALMEIDA, A. M. C. **A Morada do Vale:** sociabilidade e representações (um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal). Londrina: EDUEL, 1997.
- ALMEIDA, M. C. et.al. **Os caminhos do café no Paraná:** um programa de política cultural. In: Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 20, 2002, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Envegraf, 2002. p.36-42. (Edição Comemorativa)
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado:** nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ARANTES, A. A. (Org.) **Produzindo o passado:** estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984
- CESÁRIO, A. C. C. **Patrimônio cultural e a instituição do direito à memória.** In: **Encontro Cidade Revelada**, 9. Itajaí. *Anais...* Publicação eletrônica. 2006.
- DURHAM, E. R. **Texto II.** In: ARANTES, A. A. (Org.). **Produzindo o passado:** estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense/CONDEPHAAT, p.33-58. 1984.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio:** nos movimentos dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PROJETO **Aqui tem História.** Secretaria de Cultura do Município de Londrina, 1995.

ROBIN, R. **História e lingüística.** São Paulo: Cultrix, 1977.

NOTAS

1 O termo *doxa* é empregado aqui, segundo Pierre Bourdieu, no sentido de conhecimento prático.

2 Para aprofundamento das discussões sobre a presença do silêncio e da fala silenciadora na constituição do discurso ver: ORLANDI, 1997.